

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>EVOLUÇÃO DE INDICADORES DA GRADUAÇÃO PARA O CURSO</b> .....	5
<i>Indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU) e FORPLADI-ANDIFES para aferir qualidade do ensino público superior</i> .....	21
<b>ÍNDICE DE RETENÇÃO E EVASÃO</b> .....	25
<i>Resultados e discussão dos indicadores para evasão e retenção do curso de graduação em Ciências Econômicas/ICSA</i> .....	28

## INTRODUÇÃO

A gestão educacional no ensino superior não pode deixar de lado levantamento e acompanhamento sistemáticos de indicadores que permitam avaliar sua evolução em termos de crescimento do número de matrículas, perfil dessas matrículas, tempo médio de conclusão do curso, número de diplomados, crescimento da relação ingressantes e concluintes, bem como essa taxa em termos de duração prevista para cursos de graduação. A evasão é um fenômeno intrínseco a ser captado nesse processo de levantamento e acompanhamento de indicadores do ensino superior. E não se trata de um fenômeno estatístico, mas de um fenômeno sócio-econômico-educacional, em que centenas de variáveis e causas são indutoras.

Uma literatura acadêmica substancial a respeito da evasão – e da retenção – no ensino superior passou a ser produzida no Brasil desde a década de 1990. Como argumentam alguns autores como Figueiredo (2009), a partir de fins da década de 1980 e início da década de 1990, a educação passou a ser tratada no âmbito das condicionalidades econômico-financeiras impostas por organizações como FMI e Banco Mundial aos países subdesenvolvidos, além dos planos de estabilização e ajustes estruturais em função dos empréstimos estruturais. Leher (1998) enfatiza que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) perdeu suas atribuições para o Banco Mundial e a partir de 1994 – quando os EUA saíram da UNESCO – aprofundou-se ainda mais o tratamento da

educação como uma política estratégico-mercadológica. Nesse contexto, foram crescentes os estudos que situaram o Banco Mundial<sup>1</sup> como tendo atuação de fornecer suporte, formular, reformular e disseminar orientações de política educacional (ROBERTSON, 2012).

A década de 1990 marca os debates em torno da evasão não somente no Brasil, mas também internacionalmente. Apesar das dificuldades em tratá-la sob um único conceito, estudos concordam a respeito de sua complexidade e sua inerência às universidades públicas e privadas, sendo assim, um fenômeno universal entre essas instituições de ensino, ainda que assumindo causas específicas aos contextos nacionais diferentes. Por exemplo, no início da década de 1990, Latiesa (1992) realizou estudo a respeito da evasão em universidades europeias e norte-americanas, no período de 1960 a 1986. Países como EUA e França apresentaram taxas de evasão, segundo a autora, superiores a 50%, na série temporal do estudo. No mesmo ano, o Ministério de Cultura e Educação da Argentina também realizou estudo longitudinal para o período de 1982-1992 e concluiu que as taxas de evasão e diplomação alcançavam níveis preocupantes no país: para cada 100 ingressantes nos cursos de graduação, 19 diplomados, isto é, uma taxa de evasão igual a 81%. Quanto ao Brasil, o estudo Andifes (1996) sobre evasão apontou entre 1986 e 1992, os cursos de graduação das áreas de Ciências Exatas e da Terra apresentaram a maior taxa de evasão, 59%, seguidos por Linguística,

---

<sup>1</sup> Recomendamos a leitura de Pronko (2015) para uma compreensão mais acurada da evolução do papel e da atuação do Banco Mundial no campo da educação.

Letras e Artes, 49,9%, Ciências Humanas, 46%. Suas respectivas taxas de retenção se apresentam nos seguintes níveis: 13,3%; 11,5% e 9,9%.

A educação se torna um dos pilares dos ajustamentos para o qual se deve atender e monitorar a eficiência. Especialmente no ensino superior público, no caso do Brasil, a introdução ao longo da década de 1990 dos princípios da ‘nova gestão pública’ próprios da reforma administrativa então realizada, levaram às instituições de ensino uma leva de indicadores a serem mensurados e monitorados, alguns de forma obrigatória, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como a Taxa de Sucesso de Graduação (TSG). Não vamos discutir esse aspecto em detalhes, porém, ele deve ser destacado, porque em grande parte os debates acadêmicos e de política pública em torno da evasão e da retenção no ensino superior vão tomando impulso a partir da gestão e os fatores sociais, pedagógicos e educacionais vão sendo incorporados.

Neste relatório, fazemos um resgate desses pontos teóricos e da evolução do tratamento da questão para interpretarmos os indicadores do curso de graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFRRJ. Considerando o objetivo deste relatório, utilizaremos o indicador padrão da FORPLAD e do TCU para fins de uma ilustração do tamanho da evasão e da sua evolução. Porém, não é recomendado nem desejável esgotar esse tema neste indicador. Esperamos continuar fomentando análises, debate e ações para o curso, esperando maior engajamento qualificado de corpo docente e discente.

## EVOLUÇÃO DE INDICADORES DA GRADUAÇÃO PARA O CURSO

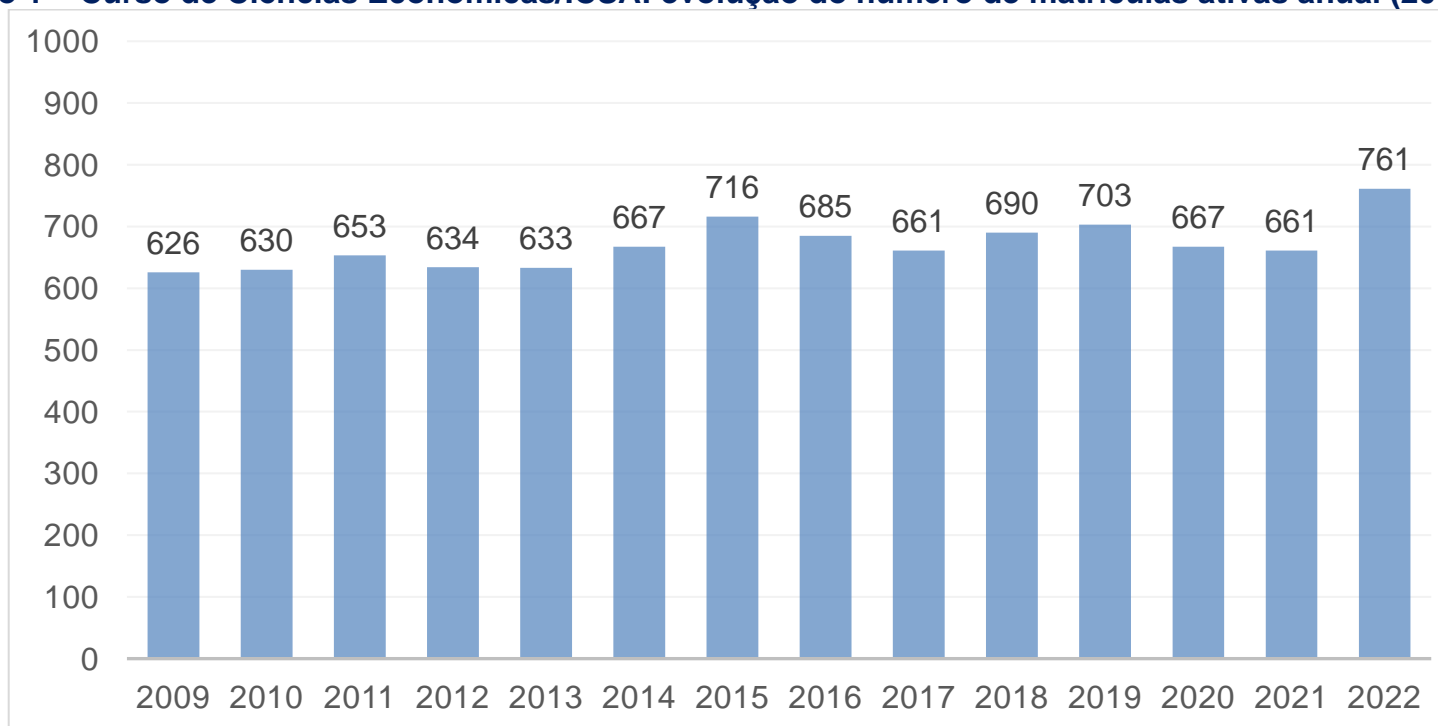
O número de matriculados em um curso de graduação é uma das medidas básicas para presumir seu crescimento ao longo do tempo e se considerando uma IES pública e gratuita, também o acesso – a ser complementado com outras medidas, como ‘vagas ociosas’, por exemplo (DALVI et al, 2005; UNESCO, 2008; STRAUSS, 2010). O Censo da Educação Superior (INEP) apresenta a evolução das matrículas no sistema de ensino superior em classificações variadas, tais como privadas ou públicas, organização acadêmica, faixa etária, gênero dentre outros como forma de descrever e permitir conduzir avaliações do ensino superior brasileiro. Queremos, neste relatório, situar o nosso curso no cenário nacional da educação superior, especialmente, de Ciências Econômicas. O período de 2009 a 2022 adotado foi aquele que permitisse uma série histórica mais consistente, considerando a limitação da fonte de dados da UFRRJ, visto que os dados anteriores a 2009 não puderam ser acessados.

Neste período, pelo menos dois fatos que influenciam o número de matrículas ativas podem ser citados: (i) REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais instituído pelo Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007 e as medidas de política pública para assistência estudantil que decorreram deste Programa no âmbito do Plano Nacional da Educação de então e (ii) pandemia do novo coronavírus com adoção de necessárias medidas de isolamento social e consequente adoção do ensino remoto emergencial entre 2020 e 2022-1. A UFRRJ, ao aderir ao REUNI, permitiu se expandir com a criação de 24 novos cursos de graduação. O curso de graduação em Ciências Econômicas foi criado na década de 1960, porém, o Departamento de Ciências Econômicas recebeu pelo menos 5 novas vagas docentes para atender alguns dos novos cursos que foram criados. Não bastasse, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de apoio à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em IFES, instituído em 2010 e a Lei de Cotas instituída em 2012 (Lei n. 12.711), foram outros dois elementos

que contribuíram decisivamente para que o curso mantivesse um número de matrículas ativas consistente a cada ano. Com algumas adaptações para o ensino remoto emergencial, o PNAES seguiu vigente durante os semestres de ensino remoto.

A entrada de discentes e sua diplomação constituem dois pontos ‘extremos’ que podem servir de ponto de partida da análise. O curso de graduação em Ciências Econômicas tem duas entradas anuais de 45 vagas ofertadas em cada uma delas. No Gráfico 1, estão os números de matrículas em situação ativa desde 2009. Por matrícula ativa, vale destacar, não se deve inferir que representam matrículas em disciplinas. Trata-se do número de discentes que mantêm vínculo ativo com o curso. Entre 2009 e 2022, o curso manteve uma média de 671 matrículas ativas por ano a uma taxa média de crescimento igual a 1,65%. Em 2020, primeiro ano sob a pandemia do novo coronavírus e com o ensino remoto emergencial iniciando somente em setembro daquele ano, neste período, temos a maior queda do número de matrículas ativas: 5,1% em relação a 2019, embora, em relação ao primeiro ano da série, 2009, o número de matrículas ativas em 2020 tenha representado um aumento de 6,55%. Em 2021, a queda do número de matrículas ativas em comparação a 2020, foi de apenas 0,9% e em comparação com 2019, uma queda maior do que apresentada em 2020, igual a 6%. De 2009 a 2015, os primeiros 7 anos da série, o número médio de matrículas ativas foi igual a 651, enquanto de 2016 a 2022, os outros 7 anos da série, o número médio de matrículas ativas foi igual a 690, um aumento de 6%, mesmo com o período de pandemia e ensino remoto emergencial.

Com estes números, portanto, podemos inferir um primeiro aspecto do curso: tem conseguido manter matrículas ativas ao longo deste período, mantendo interesse de ingresso no curso por discentes.

**Gráfico 1 – Curso de Ciências Econômicas/ICSA: evolução do número de matrículas ativas anual (2009-2022)**

Fonte: Elaboração própria com em dados SIGAA/UFRRJ<sup>2</sup>.

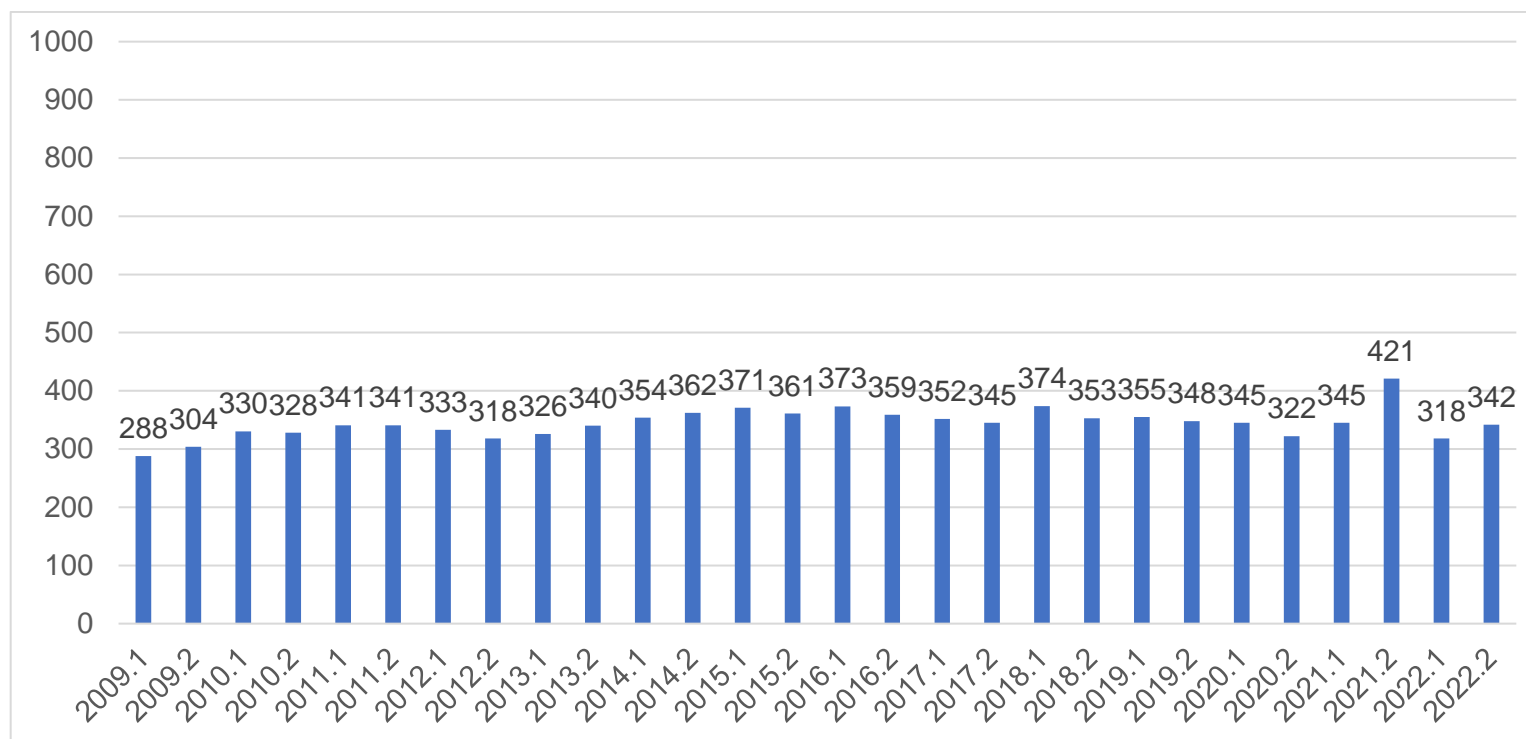
<sup>2</sup> Esse levantamento é realizado pela coordenação do curso desde 2017. Até o segundo semestre de 2018, a base de dados disponível era o Quiosque Acadêmico e ao ser implantado, pela reitoria da UFRRJ, o SIGAA, em 2019-1, a coordenação preferiu manter os dados coletados do Quiosque Acadêmico.

Porém, somente os dados de número de matrículas ativas por ano não permitem uma análise muito precisa do quadro do curso, daí acrescentarmos ao número de matrículas ativas, o número de matriculados em componentes curriculares por semestre letivo – para que faça mais sentido com a análise de indicadores de retenção que faremos nas próximas seções. Os dados do Gráfico 2 sugerem que entre 2009.1 e 2022.1, a comparar com o número de matrículas ativas apresentado no Gráfico 1, podemos afirmar que número menor de discentes se mantém de fato vinculado com a matriz curricular do curso. De 2009-1 a 2022-2, em média, 345 discentes estiveram matriculados/as em componentes curriculares em cada um desses semestres. Entre 2009-1 e 2015-2, os primeiros 7 anos da série, portanto, em média 336 discentes estiveram matriculados/as em componentes curriculares, enquanto de 2016-1 a 2022-2, a segunda metade da série de tempo adotada, foram 354 discentes. Nesta segunda metade, os semestres cuja modalidade de ensino passou a ser a remota emergencial, a média de discentes que se matricularam em componentes curriculares por semestre foi igual a 350,2.

Olhar as matrículas ativas sob a perspectiva de matrículas em componentes curriculares é uma forma de abrir perspectiva para avaliar o envolvimento ou pertencimento do corpo discente com a matriz curricular, sua atenção para formatura e percurso formativo.



**Gráfico 2 – Ciências Econômicas/ICSA: evolução do número de matrículas ativas com matrícula em componentes curriculares por semestre letivo (2009-1–2022-2)**

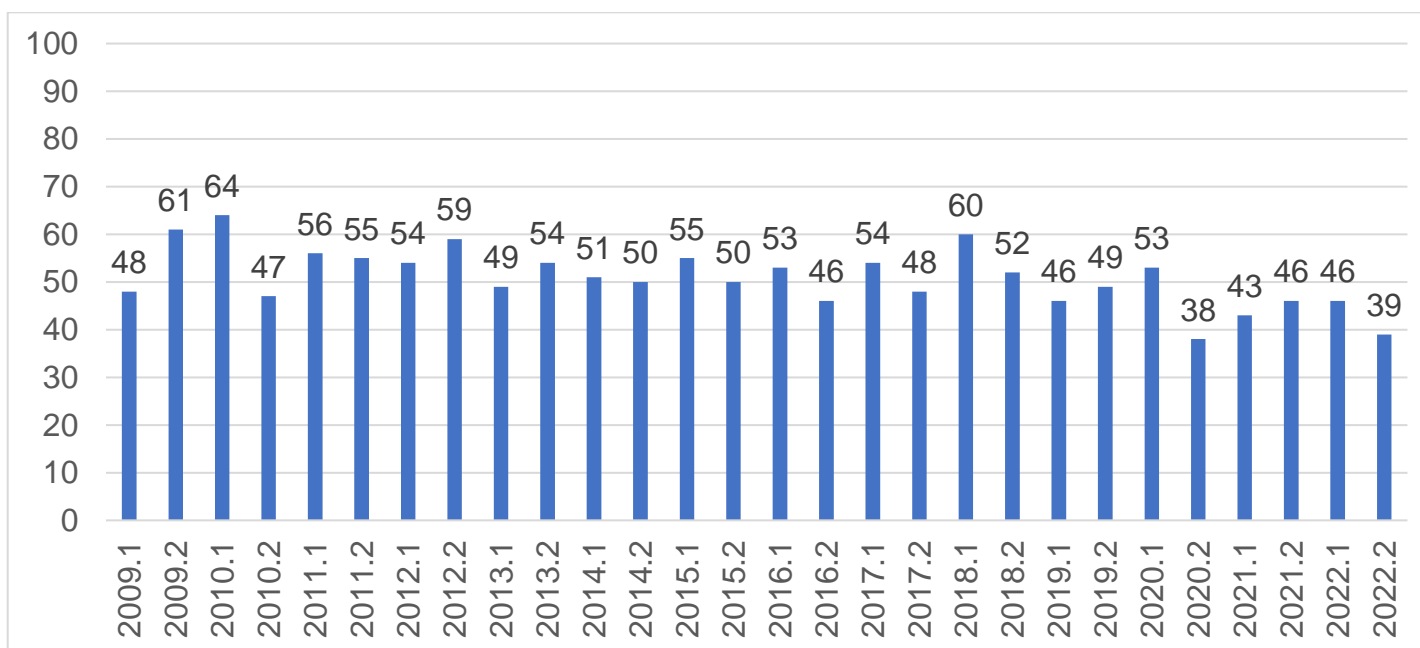


Fonte: Elaboração própria com base em dados Quiosque e SIGAA/UFRRJ.

Neste período em tela, o número de ingressantes cuja evolução é apresentada no Gráfico 3 e de acordo com esses dados, a média de ingressantes se manteve em 51, o que é levemente superior ao total de vagas pelo SiSu/ENEM, que é de 45 vagas. De

fato, nos semestres sob o ensino remoto emergencial, houve uma queda deste número, que passou por uma leve recuperação entre 2021-1 e 2021-2.

**Gráfico 3 – Ciências Econômicas/ICSA: evolução do número total de ingressantes por semestre letivo (2009-1-2022-2)**



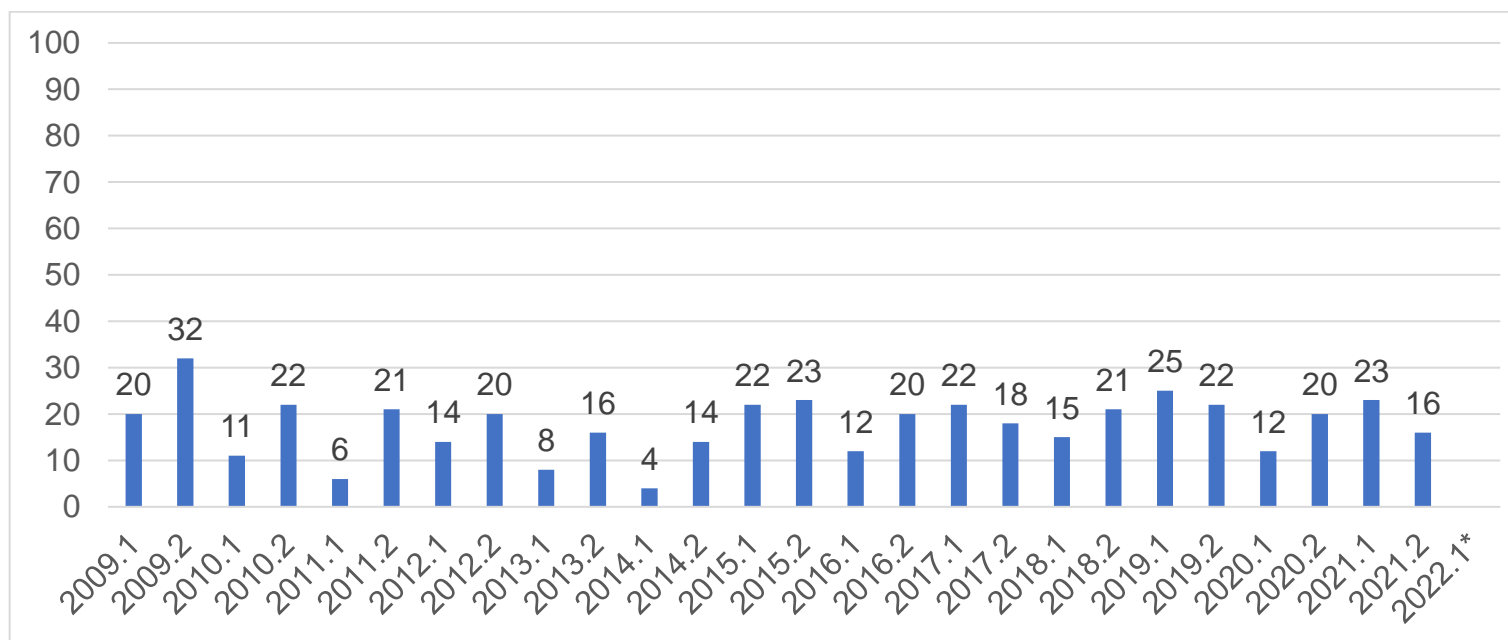
Fonte: Elaboração própria com base em dados Quiosque e SIGAA/UFRRJ.

Um dos indicadores mais simples apresentados ou sugeridos pelo FORPLAD (Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior) para acompanhamento da graduação é

índice concluintes/ingressantes, tendo-se em vista que se trata de uma forma de medir o tamanho da distância, em um dado semestre ou ano, entre a quantidade de discentes que conseguem se formar e ingressantes, de modo que não haja apenas saídas nem apenas entradas. Os dados apresentados nos Gráficos 3 e 4, quando colocados em forma de proporção ingressantes por concluintes, nos levam ao seguinte cenário: entre 2009-1 e 2021-2, mantivemos, em média, 3,63 vezes mais ingressantes do que concluintes ou, em média de 2009-1 a 2021-2, mantivemos uma defasagem de concluintes para ingressantes em 33%, aproximadamente.

Os dados do Gráfico 4 sugere que entre 2009-1 e 2021-2, o curso de graduação em Ciências Econômicas/ICSA mantém uma média de concluintes por semestre de aproximadamente 18 discentes. Nos primeiros 14 semestres (2009-1 a 2015-2), a média semestral de concluintes foi igual a 17 discentes e nos doze semestres restantes, de 2016-1 a 2021-2, a média de discentes concluintes por semestre foi igual a 19 discentes. O número de discentes concluintes é maior no segundo semestre de cada ano – em média, no primeiro semestre de cada ano, discentes concluintes foram 15 e no segundo semestre de cada ano, discentes concluintes foram 20.

**Gráfico 4 – Ciências Econômicas/ICSA: evolução do número de concluintes por semestre letivo (2009-1–2022-1)**



Fonte: Elaboração própria com base em Quiosque e SIGAA/UFRRJ

De acordo com os instrumentos de avaliação de cursos de graduação, o acompanhamento de egressos é um dos aspectos a ser observado por cursos de graduação. Em atenção a essa exigência, a coordenação do curso buscou elaborar um formulário disponibilizado no sítio eletrônico do curso ([aqui](#)) com apoio da COTIC-UFRRJ que foi substituído por outro, permanentemente aberto para egressos e egressas formados/as no curso ([aqui](#)) e atividades de extensão,

como o “Palavra do/a Egresso/a” ([aqui](#)) e “Encontro de apresentação de monografia por egressos/as”. No sítio eletrônico do curso, há um campo específico ‘Portal do Egresso’ ([aqui](#)). De acordo com levantamento do SIGAA, em 2022-2, no mês de janeiro, havia 26 formados.

Esse quadro inicial não estaria completo se deixássemos de apresentar dados e informações a respeito da monografia ou trabalho de conclusão de cursos de graduação. O regulamento para monografias é frequentemente reavaliado, como ocorreu durante o ensino remoto emergencial instaurado devido à pandemia do novo coronavírus e pode ser acessado em ([aqui](#) e [aqui](#)). Assim como a agenda de defesa pública ([aqui](#)) e os arquivos de trabalhos defendidos cuja publicação é autorizada ([aqui](#)). Em linhas gerais, o percurso da elaboração da monografia ou trabalho de conclusão de curso consiste em duas atividades acadêmicas – AA101 Monografia para Economistas I e AA102 Monografia para Economistas II - em que se elabora e se inicia a execução do projeto e se escreve e defende a monografia ou trabalho de conclusão, respectivamente. Cada uma dessas atividades é acompanhada de uma disciplina, Tutoria para Monografia I e Tutoria para Monografia II, respectivamente. Nessas disciplinas, realiza-se certo acompanhamento dos e das discentes em fase de elaboração da monografia ou trabalho de conclusão de curso, bem como se organiza sua tramitação, acompanhamento e se levam propostas ao colegiado de curso para regulamentação do trabalho monográfico. Essas disciplinas e as atividades acadêmicas foram inseridas na matriz curricular do curso na reforma realizada

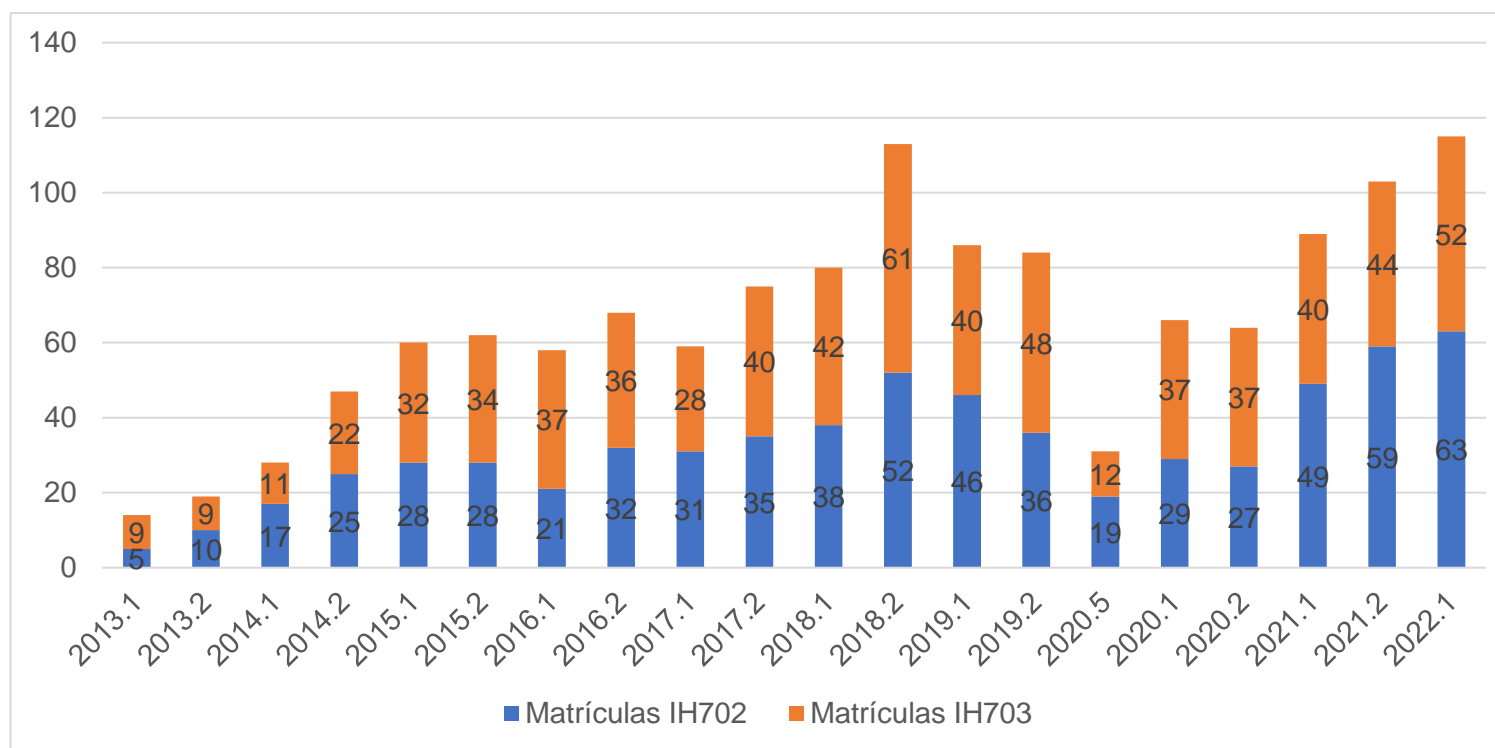
em 2009-2 e foram mantidas na reforma realizada em 2018-1. Uma não é pré-requisito da outra, podendo os discentes cursá-las ao mesmo tempo, bem como IH702 não tem pré-requisito.

Nem todas as matrículas em IH702 e IH703 se convertem em entrega do projeto e seu início ou em defesa da monografia, acarretando reprovação nas disciplinas (convencionou-se o lançamento de grau 4,5 nesses casos) e nas atividades acadêmicas (sem lançamento de grau). No Gráfico 5, é possível notar que desde 2014-2, registrou-se uma sensível melhora em termos de discentes que chegam à fase final do fluxo curricular proposto, que é a monografia ou o trabalho de conclusão do curso, exceto em 2020-5, mas neste semestre denominado de especial pela UFRRJ, enfrentava-se mais intensamente os efeitos da Covid-19, atribuindo-se a eles essa queda acentuada. A taxa média de variação de matrículas a cada semestre em IH702 foi igual a 20,29% e em IH703, 21,37%. Em anos de ENADE, 2015, 2018 e 2022, nota-se um aumento considerável de matrículas em ambas essas disciplinas. Atribuímos esse aumento em função do apelo que a chamada pela coordenação do curso, sobretudo, ocasiona entre os/as discentes, quando são reconhecidos como 'concluintes habilitados/as'.

Ainda de acordo com os dados do Gráfico 6, a média de matrículas em IH703, de 2013-1 a 2022-1, foi 5% maior do que a média de matrículas em IH702, o que entendemos ser um indício de que discentes que se matriculam em IH702 conseguem cumprir com os requisitos para aprovação nessa disciplina e em AA101,

segundo para IH703 e AA102, que constitui a finalização desse processo. Por outro lado, a chegada a esse estágio ou fase do fluxo sugerido de matriz curricular se dá em uma vazão ligeiramente menor.

**Gráfico 5 – Evolução do número de matrículas em IH702 Tutoria para Monografia I e IH703 Tutoria para Monografia II (2013-1-2022-1)**

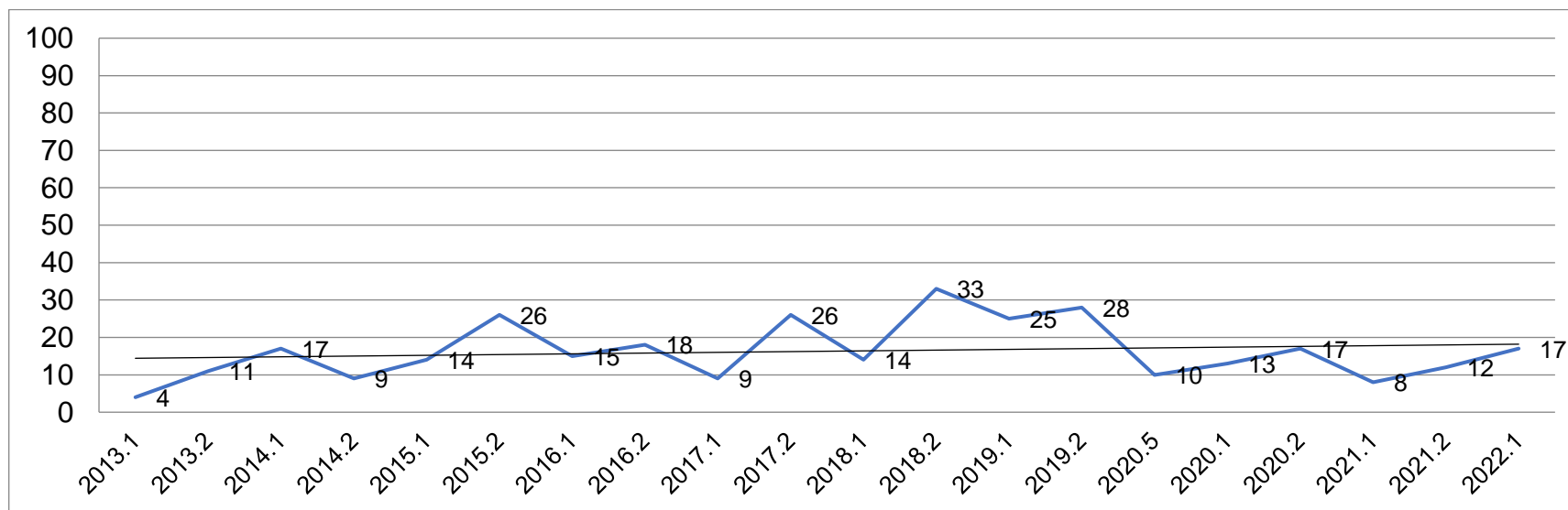


Fonte: Elaboração própria com base em dados Quiosque, banco de dados do curso e SIGAA.

Quanto à evolução da defesa de monografias ou trabalhos de conclusão de curso, entre 2013-1 e 2022-1, ainda que não se tenha mantido uma constante expansiva do número de defesas, é evidente que se tem mantido uma tendência de crescimento do número de defesas, que vai se consolidando a partir de 2017-1 (Gráfico 7). Entre 2018-2 e 2019-2, antes dos semestres em ensino remoto emergencial, o curso vinha assumindo um crescente considerável de defesas.

**Gráfico 6 – Evolução do número de defesas de monografia ou trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas ICSA/UFRRJ (2013-1-2022-1)**

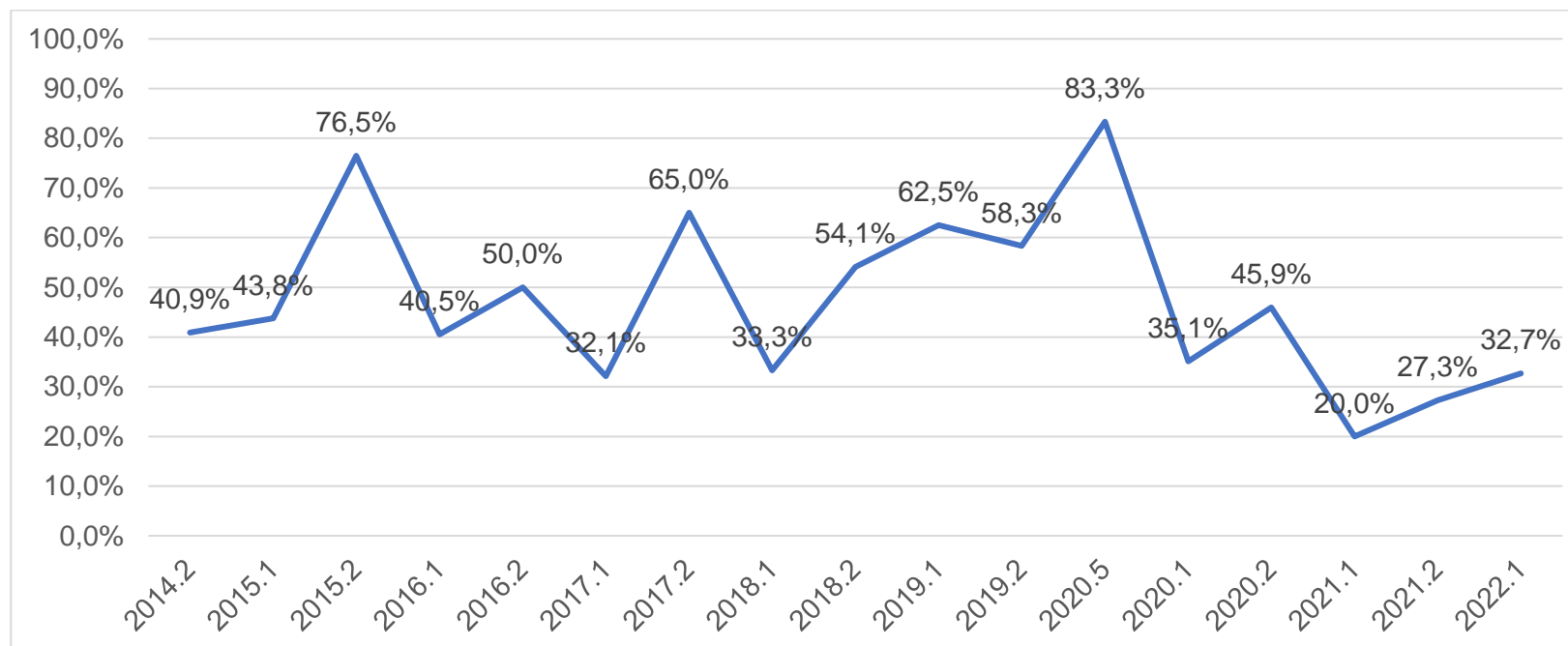




Fonte: Elaboração própria com base em dados Quiosque, banco de dados do curso e SIGAA.

Por outro lado, a proporção de defesas por matrículas em IH703, não chega próximo de 1, isto é, ainda temos um cenário de discentes se matriculando em IH703 sem conseguir concluir a monografia, postergando para semestres vindouros (Gráfico 8). Nos últimos anos, desde 2020-5, o curso tem apresentado uma tendência de queda da taxa de defesa de monografias (medida pela razão entre defesas e matrículas em IH703).

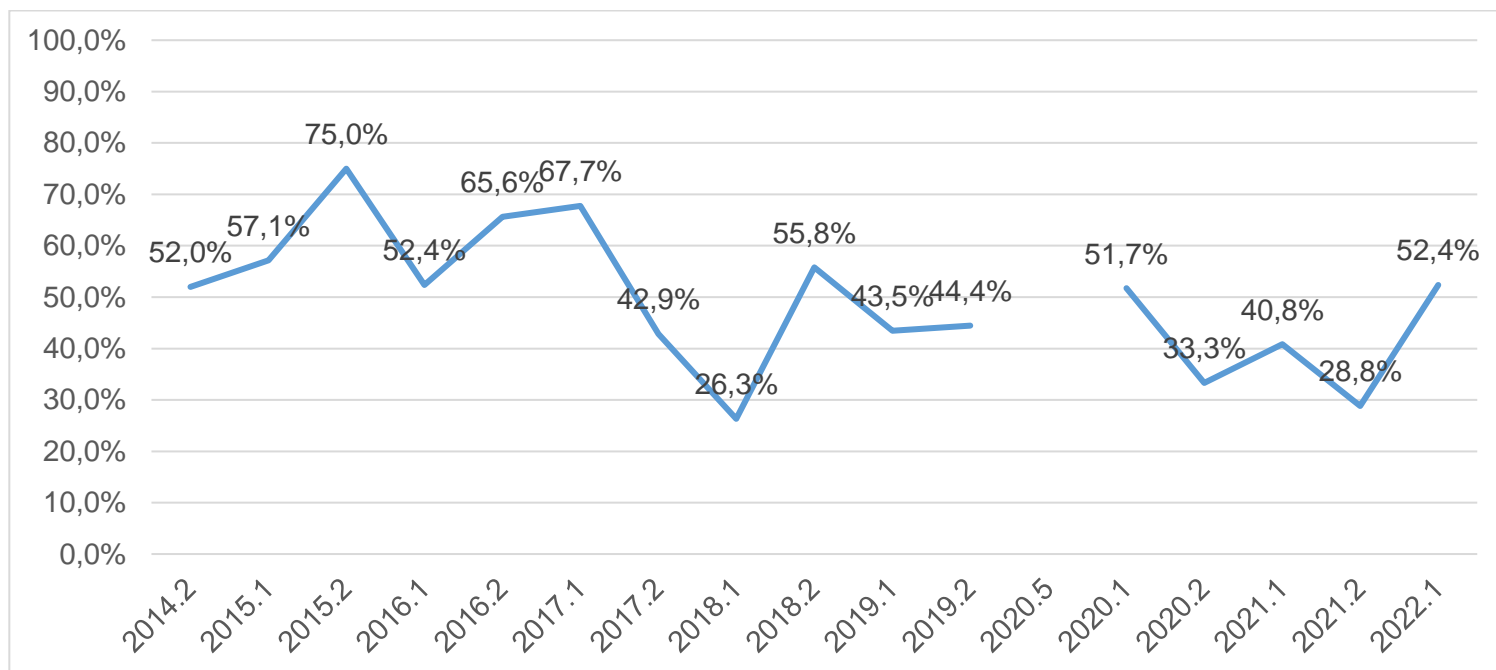
**Gráfico 7 – Evolução da taxa de defesa de monografia ou trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas ICSA/UFRRJ (2014-2-2022-1)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados Quiosque, banco de dados do curso e SIGAA.

Em termos de conclusão do projeto mais início de sua execução, a AA101/IH702, notamos, portanto, que a média da taxa de conclusão, de 2014-2 a 2022-1, é igual a 46,5%, ligeiramente menor do que a taxa de defesa, 47,1%.

**Gráfico 8 – Evolução da taxa de conclusão do projeto mais seu início de monografia ou trabalho de conclusão de curso (2014-2-2022-1)**

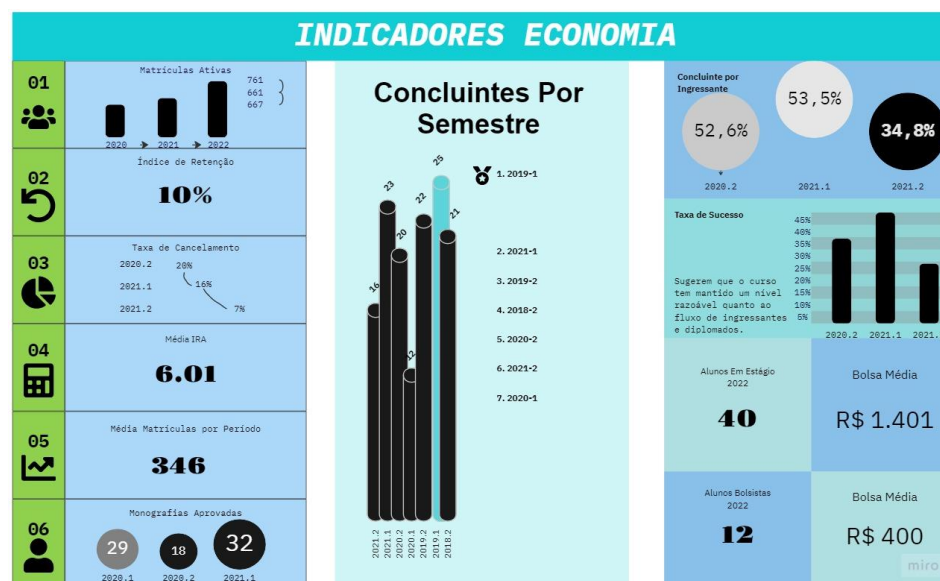


Fonte: Elaboração própria com dados Quiosque Acadêmico e SIGAA.

Na Figura 1, estão representados em infográfico alguns dos principais indicadores que possibilitam caracterizar o curso de graduação em Ciências Econômicas ICSA/UFRRJ. Esse infográfico foi elaborado no âmbito do projeto de ciência de dados do curso, que conta com um bolsista de apoio técnico, Gabriel Nolasco, discente do curso de graduação. Uma versão completa pode ser acessada em [---](#). Nos últimos semestres, a despeito das dificuldades decorrentes da crise econômica e política brasileira e da

pandemia do novo coronavírus, conseguimos manter uma boa taxa de ingresso, de matrículas ativas, de colação, bem como de discentes realizando estágio curricular não obrigatório.

**Figura 1 – Infográfico dos principais indicadores do curso de graduação em Ciências Econômicas para os últimos anos**



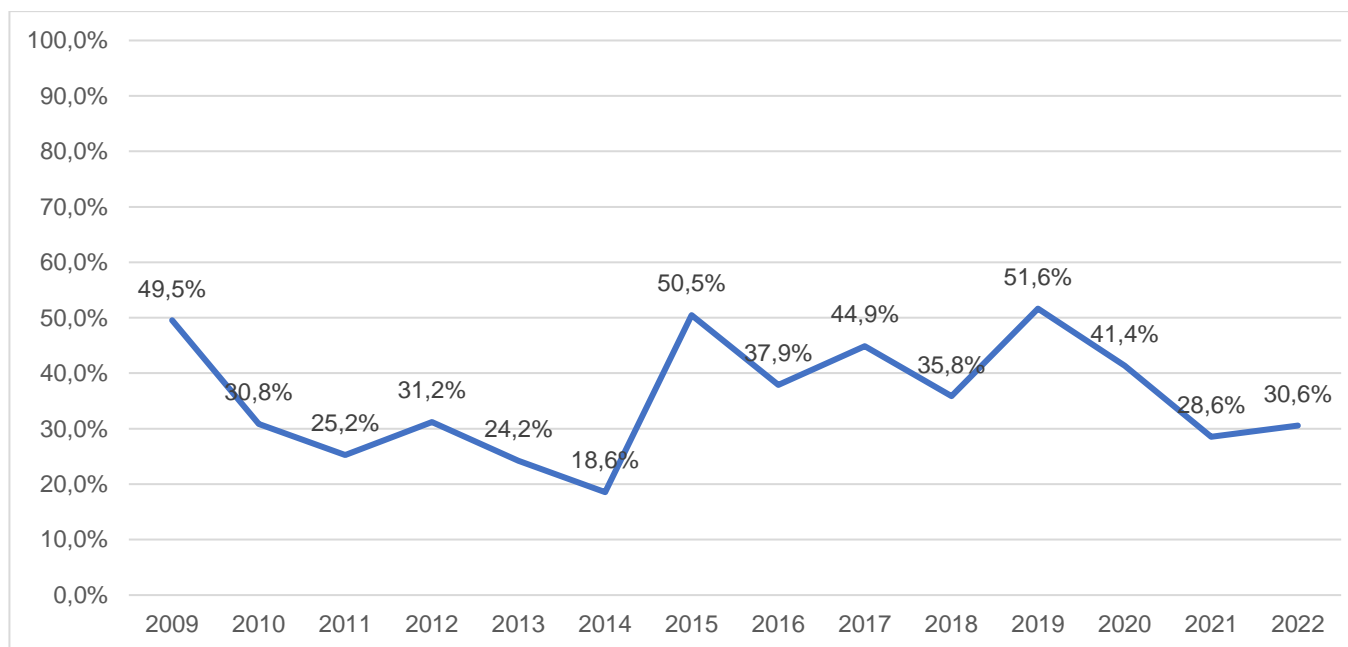
Fonte: Dashboard de Economia/ICSA/UFRRJ

*Indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU) e FORPLADI-ANDIFES para aferir qualidade do ensino público superior*

No gráfico 09, é possível identificar um desempenho errante desse índice no curso, como descrevemos na seção anterior para outros indicadores. Esse desempenho pode estar associado – considerando-se as características do número de ingressantes apontadas anteriormente – a movimentos como ocorrência de greves, mais recentemente à pandemia do novo coronavírus – que dificultam a conclusão da graduação – e ao ciclo econômico em si, uma vez que em momentos de reversão do crescimento econômico, que provocariam um sentido de urgência maior nos discentes no rumo da colação de grau. Aspectos próprios da organização do curso, como os regulamentos da Monografia para Economistas e de Atividades Complementares, bem como de redução de retenção em determinadas disciplinas (como se verá na seção seguinte) podem explicar maior vazão nos concluintes.

Para TSG, Lima Júnior et al (2019: 163) destacam as seguintes críticas: “(a) a anomalia da TCG/TSG; (b) o problema da contagem; (c) a retenção não contemplada”. Seguem pontuando os autores: “(a) não medem o que dizem medir (por sofrerem variações mesmo quando o fluxo discente é preservado); (b) não são tão fidedignas quanto poderiam ser (contando casos de mobilidade estudantil como se fossem casos de evasão) e (c) ignoram a retenção, um elemento fundamental da trajetória discente.” (p.164). Para avaliação do quadro de um curso de graduação, um único indicador, portanto, é insatisfatório.

**Gráfico 9 – Ciências Econômicas/ICSA: evolução da taxa de sucesso duração SESu (SERES) Decisão TCU n 408/2002, anual em %**



Fonte: Elaboração Própria com dados SIGAA.

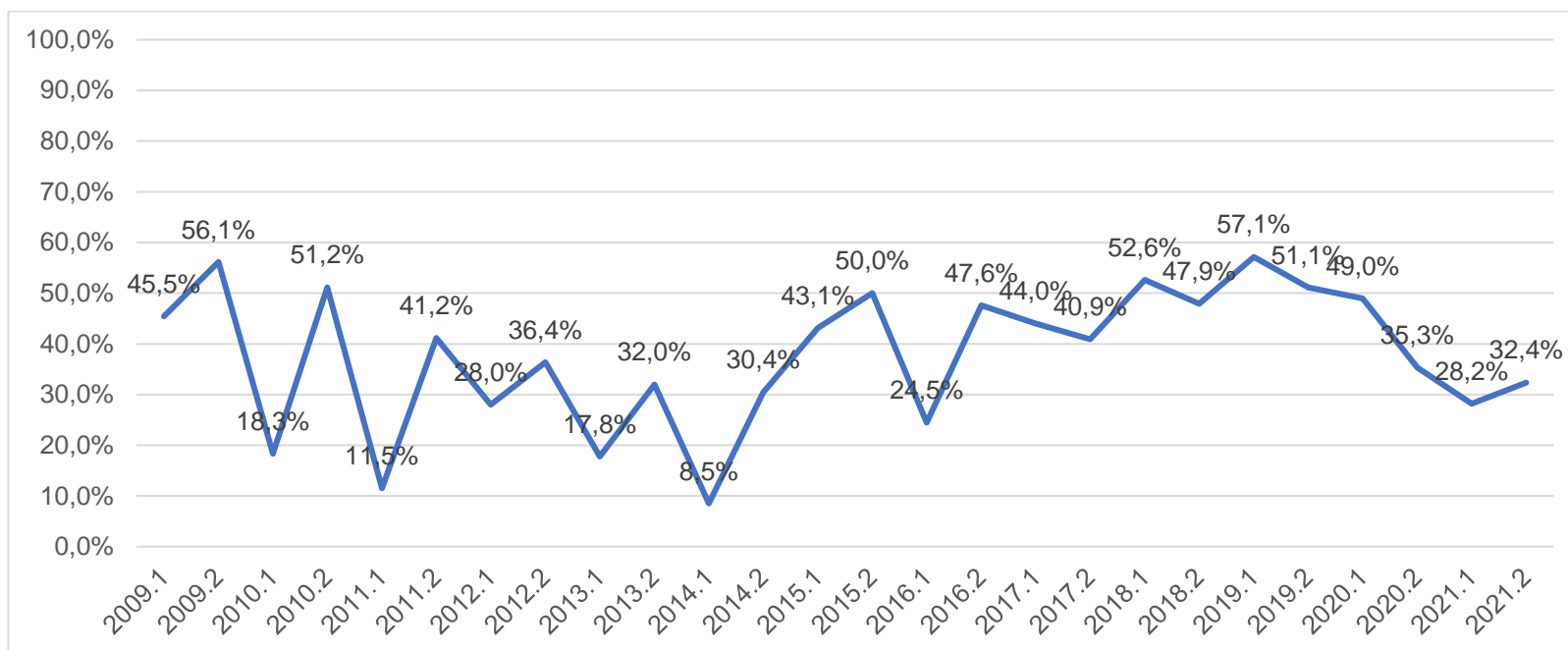
Os resultados da Taxa de Sucesso da Graduação (TSG) do curso apresentados no Gráfico 11 sugerem que o curso tem mantido um nível razoável quanto ao fluxo de ingressantes e diplomados. Contudo, é preciso considerar

inconsistências quanto ao registro de diplomados no SIGAA, bem como que o cálculo e divulgação dos resultados desse indicador pela UFRRJ para todos os cursos é falha de forma que uma comparação se torna mais difícil.

A periodicidade de cálculo da TSG pode ser semestral e anual. Para o curso de Ciências Econômicas, optamos por calcular semestral (Gráfico 10) e anual (Gráfico 09). A finalidade básica dessa taxa, como descrito, é acompanhar o ‘fluxo’ de diplomação de ingressantes, conforme o tempo ideal de duração do curso de graduação, que de acordo com a matriz, antiga SESu, Ciências Econômicas seria de 4 anos, que foi o parâmetro de cálculo para a elaboração desses gráficos.

Os dados do Gráfico 10 permitem observar que a partir de 2015.2, a taxa de sucesso do curso passou a subir, chegando à faixa de 50%, porém, durante os semestres em ensino remoto emergencial em função da pandemia do novo coronavírus, caiu consideravelmente – os dados apresentados na seção anterior para concluintes ajudam a evidenciar essa queda, visto que o número de ingressantes caiu menos do que de diplomação, igualmente, os dados a respeito do progresso com a atividade monográfica, apresentado na seção anterior, evidenciam esse quadro.

**Gráfico 10 – Ciências Econômicas/ICSA: evolução da taxa de sucesso duração SESu (SERES) Decisão TCU nº 408/2002, semestral em %**



Fonte: Elaboração própria com dados SIGAA



## ÍNDICE DE RETENÇÃO E EVASÃO

Conforme o estudo de referência da Andifes/SESu/MEC, realizado em 1995, evasão é um fenômeno de caráter qualitativo e complexo que não pode ser avaliado de forma isolada de outras variáveis, tais como taxa de retenção e de diplomação. O fenômeno da evasão é complexo, porque a formação dos estudantes, em uma universidade, não ocorre somente a partir das bases curriculares do ensino, além de pesquisa e extensão. Fatores sociais, econômicos, culturais e acadêmicos exercem influência sobremodo. Andifes (1996) adotou três dimensões – ou três conceitos – de evasão, os quais são até hoje utilizados, a saber: microevasão – mudança de curso dentro da universidade –, mesoevasão – mudança de universidade – e macroevasão – saída definitiva do sistema educacional. Estas são dimensões que requerem níveis diferentes de atuação da gestão universitária e que expressam uma percepção não totalmente utilitarista do fenômeno da evasão. Ou melhor, a vida acadêmica do estudante se processa segundo as suas escolhas sob ação de fatores externos e internos à instituição universidade, podendo representar apenas a busca de uma profissão que mais se adeque aos anseios do estudante (RISTOFF, 1995). Podemos acrescentar ainda a subdivisão de Sila, Cabral e Pacheco (2020) em que as dimensões da evasão podem ser consideradas para fins de seu cálculo em curso, turma e instituições, bem como por matrícula.

Evasão tem uma porção de conceitos e medidas distintas que buscam captar fatores internos e externos capazes de explicar e, em alguma medida, atenuar ou evitar. Quer dizer, cada vez mais, há uma preocupação em não apenas

medir a evasão, mas em compreender suas causas de modo a encaminhar estratégias institucionais capazes de reduzi-la/enfrentá-la (ABBAD; CARVALHO; ZERBINI, 2006; CARVALHO, 2018). Silva (2022) menciona um aspecto essencial para compreensão deste fenômeno, qual seja, o alcance limitado da comparação de indicadores entre as diferentes instituições. Quer dizer, além de existir diferentes dimensões para o seu cálculo, bem como múltiplas causas e variáveis, há diferentes formas de calcular. Dessa forma, para esta parte do relatório, optou-se por não se realizar comparações mais elaboradas com outros cursos quer seja da UFRRJ ou de outras instituições. Vale ressaltar que se a UFRRJ mantivesse uma sistematização para esse tema, essa comparação, dentro dos critérios e parâmetros definidos pela instituição, seria possível.

Santos Júnior (2015) apresenta alguns conceitos correntes sobre evasão, a saber: “saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso (BAGGI; LOPES, 2011: 370); ou “desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso” (ABBAD; CARVALHO; ZERBINI, 2006:02). Polydoro (2000) trata o trancamento de matrícula como um tipo de evasão, mesmo que temporária. Nesta perspectiva, Carvalho (2018) ressalta que permanência e evasão são fenômenos diretamente relacionados. O estudante em situação de vulnerabilidade quanto a seus estudos, sua vida acadêmica acabará por interromper sua matrícula na universidade e as estratégias adotadas *institucionalmente (universidade)* para enfrentar essa vulnerabilidade, relacionam-se com sua permanência. Da mesma forma, a evasão deve ter um impacto na universidade, em termos de orçamento.

Por exemplo, Pinheiro (2015) estimou que a evasão causou um prejuízo igual a R\$95,6 milhões para a Universidade de Brasília<sup>3</sup>.

Exatamente com a política de expansão do ensino superior público, órgãos de controle intensificaram adoção de medidas de monitoramento dos indicadores de desempenho da graduação. A ampliação do acesso à educação superior aumentou no Brasil, mas não o suficiente para cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) ou mesmo se aproximar das taxas de países desenvolvidos nem mesmo de boa parte dos países latino-americanos (LIMA JÚNIOR et al, 2019). O ingresso deve ser sustentado por medidas de acompanhamento do discente, especialmente aquele em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Como apontado na seção anterior, o estudo da evasão no Brasil não é recente, mas se aprofundou e foi institucionalizado como política de desenvolvimento institucional das IFES, desde o REUNI.

---

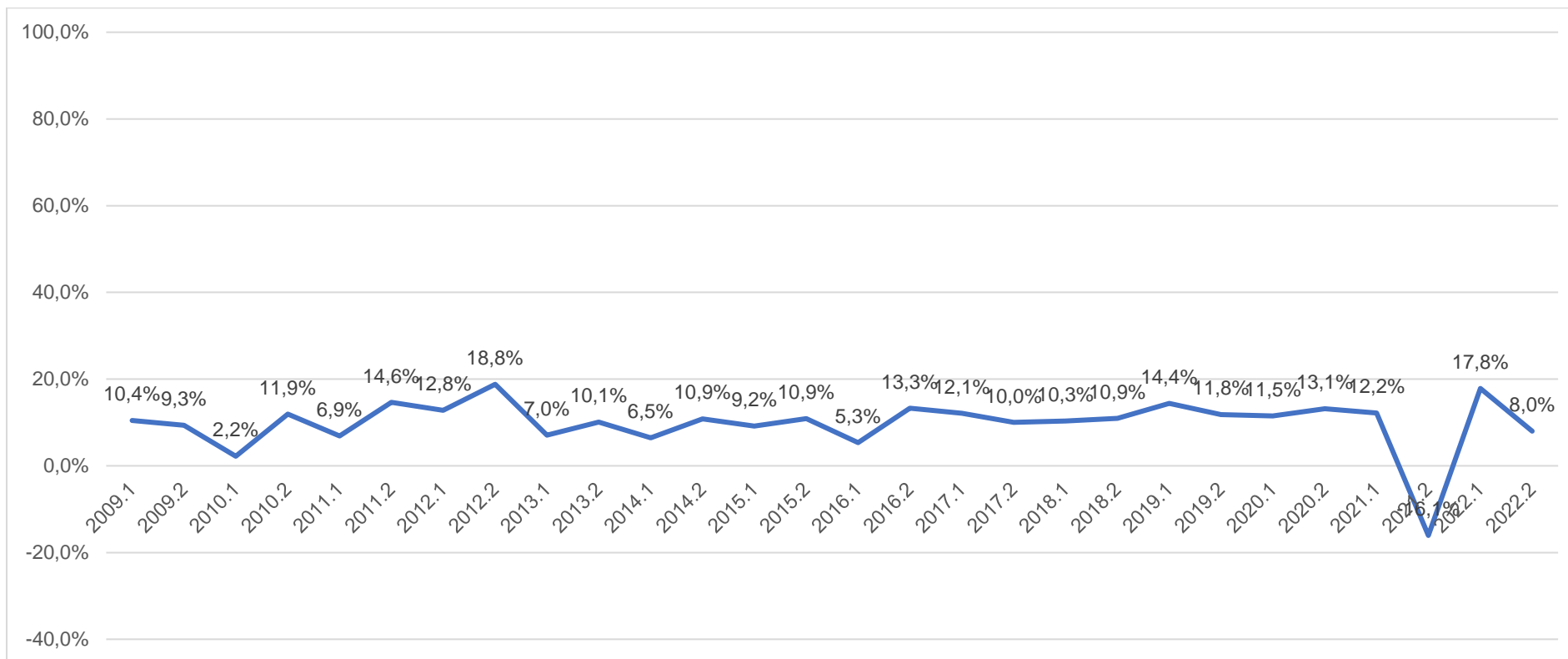
<sup>3</sup> “Os números da evasão também se refletem em alto custo financeiro, de acordo com o estudo feito por Solano Portela, diretor Educacional da Universidade Mackenzie, que estimam os custos da evasão para uma instituição. Segundo ele, se a evasão é de 25%, com uma mensalidade média de R\$ 500,00, só a perda anual de receita para cada mil alunos é de R\$ 375.000,00. Uma instituição com 20 mil alunos chegaria a perder com a evasão R\$ 7.500.000,00 a cada ano.” (PEREIRA, 2014).

*Resultados e discussão dos indicadores para evasão e retenção do curso de graduação em Ciências Econômicas/ICSA*

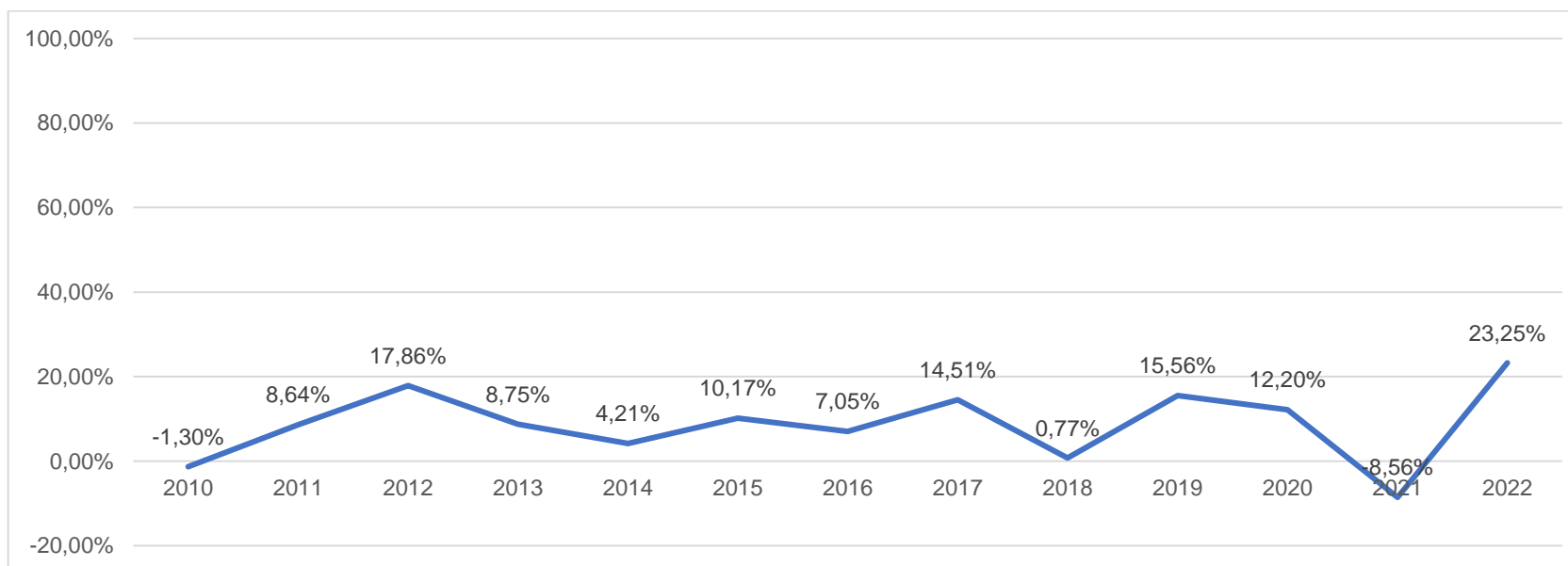
Nesta seção, os resultados dos indicadores para evasão e retenção do curso são apresentados e discutidos. É válido ressaltar que se buscou calcular diferentes fórmulas para evasão no curso. Para este cálculo, é possível ainda considerar mais algumas dimensões, que consideram desde os dados consolidados até acompanhar a trajetória dos discentes nos cursos de graduação.

Os dados do gráfico 11 sugerem que entre 2009 e 2022, isto é, o índice de evasão nos termos da fórmula apresentada por FORPLADI/ANDIFES, teve média anual de 8,5%, tendo mantido um 'vale', entre 2013 e 2015, voltando a subir, em 2016, mas apresentando uma queda em nível considerável, em 2018. Entre 2019 e 2021, o índice de evasão alcança subida, mas, em 2021, chega a uma taxa negativa. Esse cenário reflete, considerando que cancelamentos de matrícula não foram interrompidos nesses anos, uma provável subida do nível de retenção do curso.

**Gráfico 11 – Ciências Econômicas/ICSA: evolução do índice de evasão FORPLADI por semestre (2009-1-2022-1)**



Fonte: Elaboração própria com dados SIGAA.

**Gráfico 12 - Ciências Econômicas/ICSA: evolução do índice de evasão FORPLADI por ano, em %**

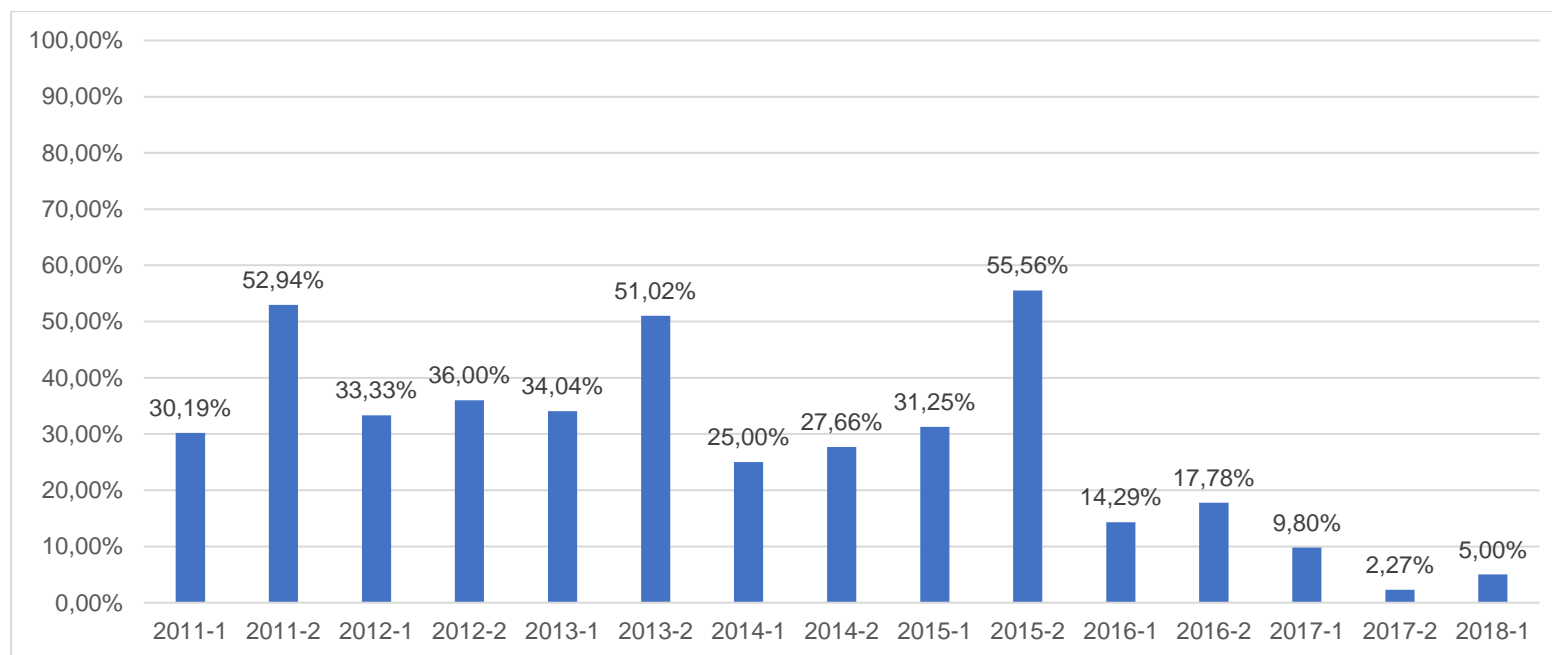
Fonte: Elaboração Própria com dados SIGAA.

Esses resultados permitem notar que embora a taxa de evasão do curso tenha se mantido, ao longo dos anos e semestres entre 2009 e 2022, abaixo de 25%, os resultados para TSG e a taxa de diplomação das turmas expõem um quadro de provável retenção.

Alguns autores, como Santos et al (2019) aplicam a taxa de diplomação por turma de ingresso como forma de avaliar a evolução da retenção do curso. Ainda na década de 1970, a retenção no ensino era definida como discentes de uma mesma turma que não conseguiram concluir seus estudos (diplomar-se) no período mínimo estabelecido na matriz curricular do curso de graduação. O fenômeno da retenção é mais comumente relacionado ao desempenho de discentes nas disciplinas, ainda que alguns autores, como Conboy et al (2013) considerem que a retenção possa ser um fenômeno voluntário, isto é, discentes escolhem delongar sua diplomação. Afinal, os cursos de graduação, caso da UFRRJ, além do tempo mínimo, têm o tempo máximo de conclusão, isto é, está prevista na acepção dos cursos de graduação a retenção.

Para a elaboração do Gráfico 13, considerou-se somente as turmas que ainda têm (em função da prorrogação e reintegração) discentes com matrícula ativa, em janeiro de 2023, isto é, meados de 2022-2 e cujo tempo mínimo de conclusão é até 2023-1. Entre 2011 e 2015-1, em 2023-2, certamente se atingiu o tempo máximo de conclusão do curso. Os dados do Gráfico 13 sugerem que em média, a taxa de diplomação dessas turmas, até 2023-1, foi de 28%. As turmas que ingressaram em 2016 e 2017 são aquelas que amargam os menores níveis de diplomação. Vale destacar que as turmas 2018-1, 2018-2 e 2019-1 ainda não tiveram a contabilização de formados/as, daí seu índice de diplomação estar tão baixo.

**Gráfico 13 – Evolução da taxa de diplomação por turma de ingresso com discentes cuja situação de matrícula está ‘ativa’ e o prazo mínimo de conclusão é até 2023-1**

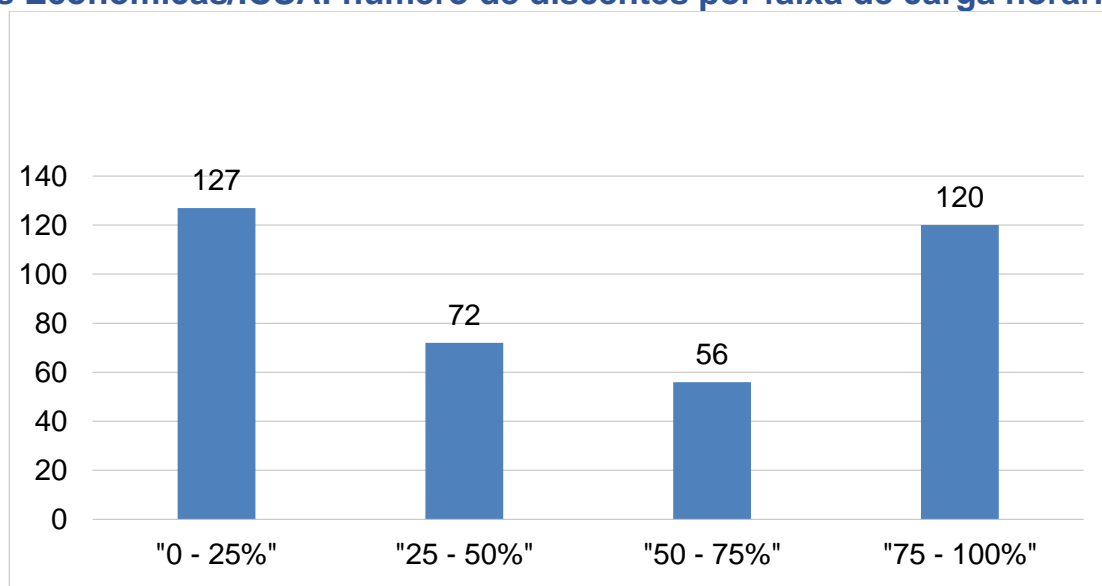


Fonte: Elaboração própria com dados SIGAA.

Um nível de retenção maior nos últimos semestres (em termos de carga horária integralizada) tem sido percebido no curso, portanto. Um levantamento realizado pela Assessoria de Assuntos Acadêmicos de Graduação da PROGRAD/UFRRJ para fins de levantamento de vagas ociosas nos cursos de graduação apontou igualmente, esse



quadro (Gráfico 14). Assim, embora tenhamos alcançado algum êxito com o controle da evasão, a retenção no fim do curso – conclusão da monografia – tem aumentado. É válido salientar que, segundo os questionários aplicados pela coordenação do curso, um dos fatores predominantes para evasão do curso era a dificuldade em realizar estágio – em nosso curso é curricular não-obrigatório. Prolongar a conclusão da monografia tem sido uma forma de se realizar estágio e outras atividades extracurriculares importantes para boas colocações no mercado de trabalho. Essa decisão é incentivada pela coordenação, bem como acompanhada e alertada quanto a possíveis impactos no IRA e no tempo máximo de conclusão do curso. Após conversa com discentes representantes no Fórum de Representação Discente do curso a respeito do turno ser integral diurno, a coordenação chegou a consultar a PROGRAD (DAACG) se seria possível essa mudança de turno e levar esse debate ao NDE, que rechaçou veementemente essa possibilidade, assim como DAACG (atas das reuniões de NDE [aqui](#)). Ainda sobre o Gráfico 14, é válido ressaltar que dentre os 90 cursos de graduação da UFRRJ, 20 estão em situação similar a nossa, ou seja, sem vagas ociosas e com maior retenção – como Medicina Veterinária, Ciências Biológicas, Direito, Ciências Sociais, Ciências Contábeis. Considerando os dados apresentados para ingresso e evasão, é possível considerar que tem havido interesse e permanência em nosso curso, por outro lado.

**Gráfico 14 – Ciências Econômicas/ICSA: número de discentes por faixa de carga horária cumprida em 2022-2**

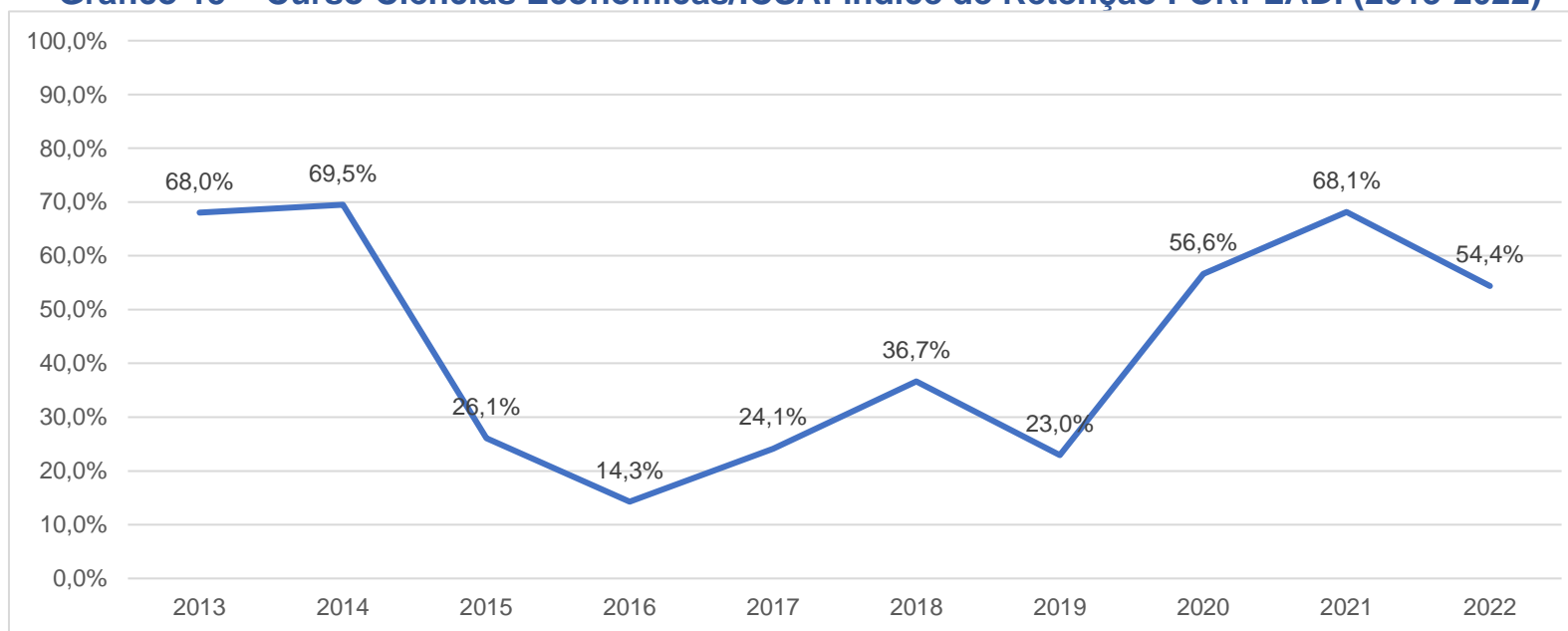
Fonte: Assessoria Assuntos Acadêmicos da Graduação/PROGRAD/UFRRJ

Cumpra uma observação da metodologia usada pela PROGRAD para definir vagas ociosas nos cursos de graduação para abertura de edital de ocupação para 2023-1. O curso de Ciências Econômicas não teria vagas ociosas – algo inaudito até então – e teria 32 vagas em retenção, de acordo com a PROGRAD. Porém, esse levantamento

desconsiderou discentes que já estão com situação ‘formado’ – nosso curso realizou ENADE em 2022 e os discentes não puderam colar grau, portanto – e foi um levantamento realizado em meio de período.

O índice de retenção, conforme sugerido por FORPLADI/ANDIFES foi calculado para o curso (Gráfico 15) e expõe um maior nível de retenção (mais de 50%) nos últimos anos, desde 2020 e uma queda entre 2015 e 2019.

**Gráfico 15 – Curso Ciências Econômicas/ICSA: Índice de Retenção FORPLADI (2013-2022)**



Fonte: Elaboração própria com dados SIGAA.

Indicadores por disciplina e evolução por semestre devem (estão sendo) ser calculados para um quadro mais compreensível. Ao mesmo tempo, são aplicados questionários junto ao corpo discente - no âmbito do projeto de acompanhamento pedagógico discente da coordenação – para que se possa compreender a retenção de uma forma não instrumental. Isto é, mais do que uma preocupação com eficiência, em uma universidade pública, a preocupação deve ser com a formação de qualidade, garantia de acesso e com a diplomação.

## **REFERÊNCIAS**

- TEIXEIRA, Maria Daniele de Jesus; QUITO, Fabio de Moraes. Taxas longitudinais de diplomação, evasão e trancamento: método para análise da trajetória discente na educação superior. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 02, p. 546-567, jul. 2021.
- DIOGO, M. F. et al. Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 125-151, mar. 2016..
- CABELLO, A. et al. Formas de ingresso em perspectiva comparada: por que o SISU aumenta a evasão? O caso da UNB. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 02, p. 446-460, jul. 2021.
- COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e228764, 2021.
- VELOSO, Tereza Christina M. A.; ALMEIDA, Edson Pacheco de. Evasão nos cursos de graduação da

Universidade Federal de Mato grosso, Campus Universitário de Cuiabá: um processo de exclusão. Estudos, Campo Grande, n. 13, p. 133-148, 2002.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SESU/MEC; ANDIFES; ABRUEM. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em IES públicas: Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, DF: [s. n.], 1996.

SANTOS JUNIOR, José da Silva et al. Fatores associados à evasão e conclusão de cursos de graduação presenciais na UFES. Revista Meta, Rio de Janeiro, v. 8, n. 24, p. 488-514, 2016.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Considerações sobre evasão. In: RISTOFF, Dilvo Ilvo. Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999. p. 119-130.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Considerações sobre a evasão. In: VASCONCELOS, Silvia Ines Coneglian Carrilho de (org.). Expressão sobre a graduação. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1997. p. 09-32.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

NOGUEIRA, C. et al. Promessas e limites: o SISU e sua implantação na Universidade Federal de Minas

Gerais. EDUR – Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, 2017.

SANTOS JUNIOR, J.; REAL, G. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385-402, ago. 2017.